

**LIVRO DE  
QUESTÕES**

**PC-SP**  
**POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO**



## EXPEDIENTE

Diretora editorial  
Editora-assistente  
Revisão  
Projeto gráfico  
Diagramação

**Juliana Pivotto**  
**Mari de Barros**  
**Equipe de Revisão Nova Concursos**  
**Equipe Nova Concursos**  
**Equipe Nova Concursos**

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Angélica Ilacqua CRB-8/7057**

PC SP : Polícia Civil de São Paulo / [Bruna Pinotti Garcia Oliveira]...[et al]. -- São Paulo : Nova Concursos, 2019.  
446 p. (Livro de Questões)

ISBN 978-65-80143-10-8

1. Serviço público - Brasil - Concursos 2. Concursos - Problemas, questões, exercícios 3. Polícia Civil de São Paulo - Concursos I. Oliveira, Bruna Pinotti Garcia

CDU 35.08(079.1)

18-0291

Índices para catálogo sistemático:  
1. Serviço público - Brasil - Concursos

© 2019 - Todos os direitos reservados à



Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, especialmente gráfico, fotográfico, fonográfico, videográfico, internet. Essas proibições aplicam-se também às características de editoração da obra. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (artigos 102, 103, parágrafo único, 104, 105, 106 e 107, incisos I, II e III, da Lei nº 9.610, de 19/02/1998, Lei dos Direitos Autorais).

QT030-A-19-PC-SP

# APRESENTAÇÃO DA OBRA

Este livro da Coleção Questões Comentadas é mais uma ferramenta elaborada pela Editora Nova, que vai ajudar você a conquistar seus principais objetivos no âmbito dos concursos públicos. Está organizado por matérias, e cada matéria dividida em tópicos, exigidos no edital do cargo do concurso em questão. Também propusemos o comentário de todas as alternativas das questões de múltipla escolha.

Os autores de nossas obras têm larga experiência na área do concurso público, sendo muitos deles também responsáveis pelas aulas que você encontra em nossos *Cursos Online*. A teoria ensinada em nossos *Cursos* junto com o livro de questões comentadas, tornam-se uma importante ferramenta de aprendizagem e estudo.

O gabarito oficial das questões está de acordo com a lei vigente à época do concurso. Em alguns comentários, o autor, em respeito à atualização ocorrida na lei, propôs um comentário atualizado e diferente do gabarito oficial. Isto permite ao leitor entender a mudança por meio da resposta contextualizada sem a alteração do gabarito oficial em respeito à organizadora da prova do concurso.

Caro aluno, antes da prova, revise o comentário das questões deste livro. A meta é estudar até passar!

**Muito obrigado.**  
**Editores da Nova Concursos**

# SUMÁRIO

Língua Portuguesa.....	9
Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático.....	47
Informática.....	77
Biologia.....	115
Direito Constitucional.....	145
Direito Administrativo.....	181
Direitos Humanos.....	199
Direito Penal.....	233
Direito Processual Penal.....	271
Medicina Legal.....	305
Criminalística.....	335
Criminologia.....	351
Legislação Penal Especial (Extravagante).....	393

# LÍNGUA PORTUGUESA

## **Sobre a Autora**

### **Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco**

Professora. Graduada pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Adamantina. Especialista pela Universidade Estadual Paulista – Unesp

### 1. (PC-SP – AGENTE POLICIAL – VUNESP – 2018)

#### O trabalho dignifica o homem. O lazer dignifica a vida

“Escolha um trabalho que você ame e não terá que trabalhar um único dia em sua vida.” A frase do pensador Confúcio tem sido o mantra de muitos que, embalados pela concepção de que ofício e prazer não precisam se opor, buscam um estilo de vida no qual a fonte de renda seja também fonte de alegria e satisfação pessoal. A questão é: trabalho é sempre trabalho. Pode ser bom, pode ser até divertido, mas não substitui a capacidade que só o lazer possui de tirar o peso de um cotidiano regido por prazos, horários, metas.

Não são poucas as pessoas que eu conheço que negligenciam o descanso em prol da produção desenfreada, da busca frenética por resultado, ascensão, *status*, dinheiro. Algo de errado em querer tudo isso? A meu ver, não. E sim. Não, porque é digna a recusa à estagnação. Sim, quando ela compromete momentos de entretenimento, minando, aos poucos, a saúde física e mental de quem acha que sombra e água fresca são luxo e não merecimento.

Recentemente, um construtor com o qual eu conversava me disse que estava havia nove anos sem férias, e lamentou o pouco tempo passado com os netos. O patrimônio veio de dedicação e empenho, mas custou caro também. Na hora me perguntei se era realmente preciso escolher entre sucesso e diversão.

Poucas coisas são tão eficazes na função de honrar alguém quanto o ofício que se exerce. Momentos de pausa, porém, honram o próprio ofício. A vida se equilibra justamente na possibilidade de converter o dinheiro advindo do esforço em ingressos para o show da banda preferida, passeios no parque, pipoca quentinha e viagens de barco.

Larissa Bittar. Revista Bula. Disponível em: <[www.revistabula.com](http://www.revistabula.com)>. (Adaptado.)

A autora defende a opinião de que

- a) a dedicação exclusiva ao trabalho é justificável, quando gera alegria e satisfação pessoal.
- b) o lazer não pode ser substituído pelo trabalho, especialmente porque este não é fonte de prazer.
- c) o lazer deveria ser a única preocupação das pessoas e não o trabalho, como é comum.
- d) a busca por ascensão e dinheiro não deve ser vista como dignificante, pois compromete o lazer.
- e) o ideal é que se encontre prazer no trabalho, mas o lazer não deve ser negligenciado.

**2. (PC-SP – AGENTE POLICIAL – VUNESP – 2018)** Uma palavra que revela a crítica que a autora faz ao modo como as pessoas têm se relacionado com o trabalho está destacada em:

- a) “converter o dinheiro advindo do esforço” (4.º parágrafo).
- b) “busca frenética por resultado” (2.º parágrafo).

- c) "ofício que se exerce" (4.º parágrafo).
- d) "escolher entre sucesso e diversão" (3.º parágrafo).
- e) "recusa à estagnação" (2.º parágrafo).

**3. (PC-SP – AGENTE POLICIAL – VUNESP – 2018)** A referência ao construtor, no terceiro parágrafo, serve para

- a) exemplificar que a opção pelo lazer pressupõe a recusa do sucesso.
- b) denunciar um comportamento cada vez mais raro entre as pessoas.
- c) mostrar como a dedicação excessiva ao trabalho pode levar à frustração.
- d) ilustrar o quanto o trabalho pode destruir a saúde física e mental de alguém.
- e) demonstrar que a preocupação com os bens materiais é antiética.

**4. (PC-SP – AUXILIAR DE PAPIOSCOPISTA POLICIAL – VUNESP – 2018)**



Bill Watterson. *Existem tesouros em todo lugar: as aventuras de Calvin e Haroldo*. 1ª ed. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2013.

A resposta do garoto, no último quadrinho, indica que, para ele, o questionamento do tigre

- a) leva-o a se perguntar se o tigre compreendeu o teor da mensagem do comercial.
- b) fortalece sua impressão inicial sobre a mensagem do comercial de televisão.
- c) convence-o de que o personagem do comercial não soube transmitir a mensagem.
- d) põe em dúvida a existência do produto anunciado no comercial de televisão.
- e) atenua a impressão que a mensagem transmitida no comercial lhe causara.

## GABARITO COMENTADO

1.

Em "a": Errado – A dedicação exclusiva ao trabalho é justificável, quando gera alegria e satisfação pessoal.

Em "b": Errado – O lazer não pode ser substituído pelo trabalho, especialmente porque este não é fonte de prazer.

Em "c": Errado – O lazer deveria ser a única preocupação das pessoas e não o trabalho, como é comum.

Em "d": Errado – A busca por ascensão e dinheiro não deve ser vista como dignificante, pois compromete o lazer.

Em "e": Certo – *O ideal é que se encontre prazer no trabalho, mas o lazer não deve ser negligenciado.*

**GABARITO OFICIAL: E**

2.

Em "a": Errado – "converter o dinheiro advindo do esforço".

Em "b": Certo – "busca frenética por resultado".

Em "c": Errado – "ofício que se exerce".

Em "d": Errado – "escolher entre sucesso e diversão".

Em "e": Errado – "recusa à estagnação".

**GABARITO OFICIAL: B**

3.

Em "a": Errado – Exemplificar que a opção pelo lazer pressupõe a recusa do sucesso.

Em "b": Errado – Denunciar um comportamento cada vez mais raro entre as pessoas.

Em "c": Certo – *Mostrar como a dedicação excessiva ao trabalho pode levar à frustração.*

Em "d": Errado – Ilustrar o quanto o trabalho pode destruir a saúde física e mental de alguém.

Em "e": Errado – Demonstrar que a preocupação com os bens materiais é antiética.

**GABARITO OFICIAL: C**

4.

Em "a": Errado – Leva-o a se perguntar se o tigre compreendeu o teor da mensagem do comercial.

Em "b": Errado – Fortalece sua impressão inicial sobre a mensagem do comercial de televisão.

Em "c": Errado – Convence-o de que o personagem do comercial não soube transmitir a mensagem.

Em "d": Errado – Põe em dúvida a existência do produto anunciado no comercial de televisão.

Em "e": Certo – *Atenua a impressão que a mensagem transmitida no comercial lhe causara.*

**GABARITO OFICIAL: E**

# MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO- -MATEMÁTICO

## **Sobre as Autoras**

### **Evelise Leiko Uyeda Akashi**

Engenheira de Alimentos pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Graduanda em Matemática pelo Claretiano.

Especialista em Lean Manufacturing pela Pontifícia Universidade Católica (PUC).

### **Sara Martins de Oliveira**

Especialista em Gestão Financeira e Contábil pela Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (Faculdades FACCAT) de Tupã, São Paulo.

Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (Faculdades FACCAT) de Tupã, São Paulo.

Lecionou na Faculdade da Alta Paulista (FADAP/FAP) de Tupã, São Paulo, no Curso de Administração.

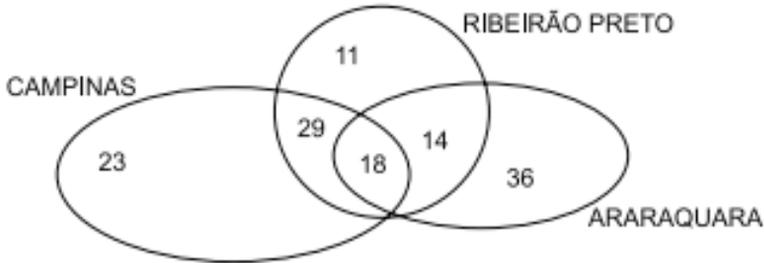
Tutora presencial do curso EAD de Ciências Contábeis, realizado pela Universidade Anhanguera.

Professora de conteúdo preparatório para concursos públicos, em vários cursos de graduação e pós-graduação do país, destacando-se: Grupo Nova, SGS Academy, Maxi Educa, Solução Concursos e Opção Concursos.

Especialidade no desenvolvimento da autoria do comentário de questões gabaritadas para o complemento do banco de vários editoriais.

Contadora.

**1. (PC-SP – AGENTE POLICIAL – VUNESP – 2018)** Observe o diagrama de conjuntos e suas intersecções. Os números indicam a quantidade de turistas vindos da cidade K que já visitaram Campinas, Ribeirão Preto e Araraquara.



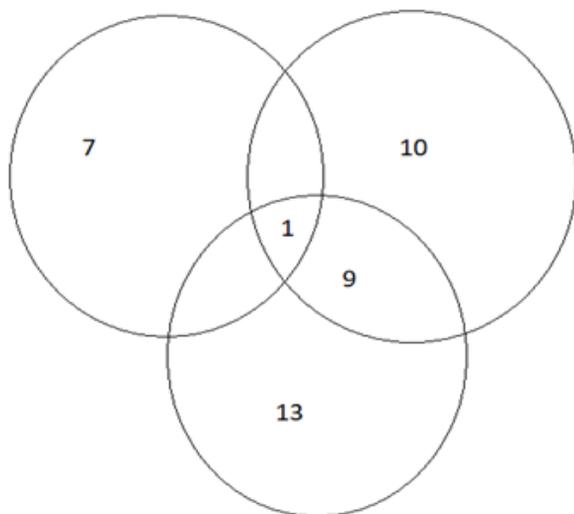
Dessa situação, é correto concluir que o número de turistas que visitou apenas uma dessas cidades supera o número daqueles que visitaram apenas duas dessas cidades em

- a) 31.    b) 9.    c) 34.    d) 16.    e) 27.

**2. (PC-SP – PAPILOSCOPISTA – VUNESP – 2018)** Pertencer ao conjunto A, pode ser apenas A ou pode ser apenas A e B ou pode ser A e B e C, mas não pode ser apenas A e C. Pertencer ao conjunto B, pode ser apenas B ou pode ser B e A ou pode ser B e C ou pode ser B e A e C. Pertencer ao conjunto C, pode ser C e B ou pode ser C e B e A, mas não pode ser C e A e não pode ser apenas C. Quanto às quantidades, e obedecendo às condições apresentadas, pertencer a apenas um conjunto, 5 elementos em cada caso; pertencer a apenas dois conjuntos, 10 elementos em cada caso; pertencer aos três conjuntos, 15 elementos. O número de elementos que pertencem aos conjuntos B ou C supera o número de elementos que pertencem ao conjunto A em um número igual a

- a) 10.    b) 5.    c) 20.    d) 15.    e) 25.

1.



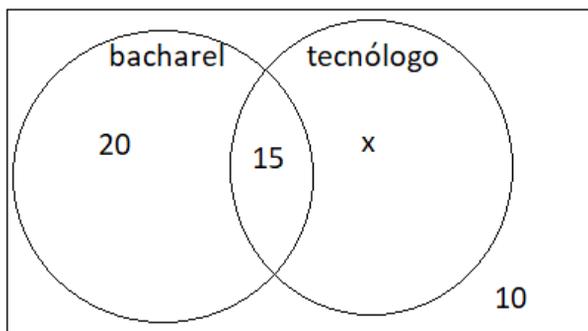
Como saber se o 9 está ali e não em qualquer outra intersecção? O exercício pede a maior diferença, e para obter essa diferença precisa-se do menor e maior número. Como 7 é o menor, devemos tornar o 13 maior ainda. Que acontece se colocarmos apenas naquele lugar.

Pois, o conjunto A tem 8 elementos e o conjunto C 23 elementos.

Uma diferença de 15 elementos.

**GABARITO OFICIAL: D**

2.



$$20 + 15 + x + 10 = 60$$

$$x = 15$$

**GABARITO OFICIAL: D**

# INFORMÁTICA

## **Sobre o Autor**

### **Ovidio Lopes da Cruz Netto**

Doutor em Engenharia Biomédica pela Universidade Mogi das Cruzes – UMC.

Mestre em Engenharia Biomédica pela Universidade Mogi das Cruzes – UMC.

Pós-graduação em Engenharia de Software pela Universidade São Judas Tadeu – USJT.

Pós-graduação em Formação de Docentes para o Ensino Superior – UNINOVE.

Graduado em Engenharia da Computação pela Universidade Mogi das Cruzes – UMC.

Graduado em Pedagogia pela Universidade Cidade de São Paulo – UNICID.

## CLOUD COMPUTING

**1. (PC-SP – AGENTE DE TELECOMUNICAÇÕES POLICIAL – VUNESP – 2018)** O recurso de armazenamento na nuvem (Cloud Storage) é bastante eficiente e útil para as necessidades de processamento e armazenamento de dados. Entretanto, deve-se tomar alguns cuidados no uso desse recurso, como

- a) acessar o sistema de armazenamento utilizando dispositivos móveis que permitem a comunicação de vários lugares.
- b) acessar o sistema de armazenamento utilizando uma conexão sem fio com WPA-2.
- c) realizar backups próprios, uma vez que não há esquema de backup no armazenamento na nuvem.
- d) não realizar o compartilhamento dos arquivos, pois não há como configurar as permissões de acesso no armazenamento na nuvem.
- e) acessar o sistema de armazenamento utilizando os recursos de criptografia e segurança da informação.

## COMUNICAÇÃO DIGITAL

**2. (PC-SP – AGENTE DE TELECOMUNICAÇÕES POLICIAL – VUNESP – 2018)** Para se realizar a comunicação de dados (comunicação digital), pode-se utilizar diversos tipos de meios de transmissão. Dentre os tipos de meios, o que apresenta maior velocidade de transmissão é:

- a) Satélite.
- b) PLC (comunicação pelo cabo de energia).
- c) Fibra ótica.
- d) Sem fio Wi-Fi.
- e) Cabo ADSL.

## CORREIOS ELETRÔNICOS

**3. (PC-SP – INVESTIGADOR DE POLÍCIA – VUNESP – 2018)** O sistema de e-mail da Internet utiliza um formato de endereço padrão definido pelo consórcio que gerencia a Internet. Dentre os endereços citados, o que segue o padrão de formato para um endereço de e-mail é:

- a) email.gmail.com@
- b) meu\_email@mail.com
- c) google.mail.com
- d) @meu\_email.com
- e) www.gmail.com

## GABARITO COMENTADO

1.

Em "a": Errado – Porque a utilização de dispositivos móveis é uma necessidade e deve ser planejada com segurança.

Em "b": Errado – Porque usar uma conexão sem fio com segurança WPA-2 é uma das muitas possibilidades de acessar as informações, mas não é a única.

Em "c": Errado – Porque já está comprovado que a utilização de *backup* na nuvem é uma forma segura de armazenagem.

Em "d": Errado – Porque na nuvem se pode configurar permissões de acesso, assim como em armazenamento local.

Em "e": Certo – Porque acessar o sistema de armazenamento utilizando os recursos de criptografia e segurança de informação é altamente recomendável.

**GABARITO OFICIAL: E**

2.

Em "a": Errado – Porque a comunicação por satélite é aérea e é sabido que tal forma de comunicação não é a mais veloz.

Em "b": Errado – Porque a comunicação elétrica não é a comunicação mais veloz atualmente.

Em "c": Certo – Porque a comunicação através da fibra ótica, utilizando feixes de luz é atualmente conhecida como o meio com mais velocidade.

Em "d": Errado – Porque a comunicação sem fio é aérea, e é sabido que tal forma de comunicação não é a mais veloz.

Em "e": Errado – Porque a comunicação por pulsos elétricos não é a comunicação mais veloz atualmente.

**GABARITO OFICIAL: C**

3.

O formato de um e-mail definido pelo consórcio de internet é: usuario@provedor.domínio, no qual:

- Usuário: é o nome único definido para representar uma pessoa em um domínio.
- @ (Arroba): significa a preposição "at" em inglês, ou "em" em português.
- Provedor: é o nome de uma empresa que gerencia os usuários dentro de um domínio.
- Domínio: é o nome usado para representar um grupo de usuários e dispositivos de uma rede.

**GABARITO OFICIAL: B**

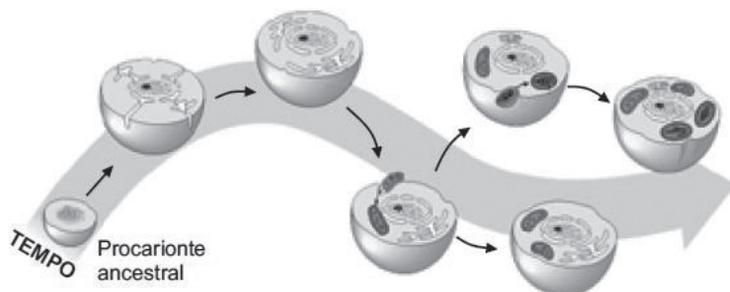
# BIOLOGIA

## **Sobre o Autor**

### **Alexandre Hiroshi Utiyama**

Doutorado em Genética/Biologia pelo Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo (USP). Mestrado em Genética/Biologia pelo Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo. Licenciatura em Ciências Biológicas pelo Instituto de Educação e Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo. Concluiu bacharelado em Ciências Biológicas pelo Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo. Professor particular para alunos do ensino Fundamental, Médio e Superior. Tutor em curso de pós-graduação de EAD em Educação em Biologia oferecido pela REDEFOR-USP.

**1. (PC-SP – PAPILOSCOPISTA – VUNESP – 2018)** A figura ilustra uma possível sequência no processo evolutivo celular, a partir de um procarionte ancestral.



Tendo em vista o processo ilustrado e as características das células mais evoluídas atuais, é correto afirmar que, ao longo do tempo, houve:

- a) desenvolvimento de membranas internas, assim como a internalização de estruturas energéticas.
- b) surgimento espontâneo e abrupto de estruturas internas mais complexas, tais como o núcleo e as organelas.
- c) modificações de estruturas já existentes, relacionadas à captação de luz, tais como as mitocôndrias.
- d) a fagocitose e a pinocitose de organelas relacionadas à respiração, tais como os cloroplastos.
- e) mutações genéticas responsáveis pela formação imediata dos cloroplastos e mitocôndrias.

**2. (PC-SP – PAPILOSCOPISTA – VUNESP – 2018)** Uma das semelhanças entre os processos de divisão celular mitótico e meiótico corresponde à existência da etapa anáfase em ambos. Porém, na meiose, ocorrem duas etapas anáfases, enquanto na mitose ocorre apenas uma etapa anáfase. Tal diferença é decorrente da:

- a) condensação cromossômica no início do processo que ocorre apenas na mitose.
- b) existência de duas divisões consecutivas na meiose e de apenas uma divisão na mitose.
- c) duplicação cromossômica no início do processo que ocorre apenas na meiose.
- d) duplicação da ploidia celular ao final do processo meiótico, enquanto na mitose tal ploidia se reduz.
- e) formação de duas células filhas diploides na meiose e de quatro células filhas haploides na mitose.

**1.**

Em "a": Certo – A figura mostra uma hipótese para a origem das células eucarióticas, a partir de células procarióticas, passando por dois eventos de endossimbiose para a origem das mitocôndrias e cloroplastos. A partir de uma célula procarionte ancestral, ocorreram diversas e graduais invaginações da membrana plasmática, formando compartimentos intracelulares.

Com o passar do tempo, tais compartimentos evoluíram adquirindo funções diversas, na mesma medida que o sistema de endomembranas se separou definitivamente da membrana plasmática, originando as células proto-eucarióticas. Paralelamente a este processo, evoluíram organismos procarióticos de vida livre, capazes de realizar respiração anaeróbia ou fotossíntese. Em algum momento, as células proto-eucarióticas foram invadidas por células procarióticas capazes de realizar a respiração aeróbica. Tal associação acabou por ser benéfica aos dois organismos e foi fixado pela seleção natural, resultando nas atuais células eucarióticas animais, com a célula procariótica internalizada sendo observada atualmente como as mitocôndrias. As células eucarióticas vegetais tiveram sua origem por um novo evento de endossimbiose, no qual a célula híbrida contendo o organismo aeróbio foi invadida por uma célula procarionte fotossintetizante.

Em "b": Errado – O surgimento das estruturas internas foi gradual e ao longo de milhões de anos.

Em "c": Errado – As mitocôndrias são organelas relacionadas à produção de energia na célula, na forma de ATP, por meio da respiração celular aeróbia. Tal processo é independente da luz. Além disso, as mitocôndrias se originaram, provavelmente, a partir de um evento de endossimbiose. Portanto, tais organelas não surgiram a partir de estruturas pré-existentes.

Em "d": Errado – Os cloroplastos são organelas relacionadas à fotossíntese e não à respiração celular. Além disso, a visão de que as células proto-eucarióticas seriam estruturais e energeticamente suficientes para a realização de processos complexos, como a fagocitose, por exemplo, ainda é tema de debate.

Em "e": Errado – Em momento algum o enunciado ou o esquema indicam a ocorrência de mutações.

**GABARITO OFICIAL: A****2.**

Em "a": Errado – A afirmativa está errada, porque a condensação cromossômica acontece tanto na meiose quanto na mitose.

Em "b": Certo – A afirmativa está correta, porque a formação de células haploides ao final da meiose só ocorre por conta da segunda anáfase.

Em "c": Errado – A afirmativa está errada, porque a duplicação cromossômica acontece em ambos os processos.

Em "d": Errado – A afirmativa está errada, porque em nenhum dos processos a ploidia celular é duplicada.

Em "e": Errado – A afirmativa está errada, porque a formação de células haploides ocorre na meiose e na mitose as células filhas ficam com a mesma ploidia da célula-mãe.

**GABARITO OFICIAL: B**

# DIREITO CONSTITUCIONAL

## Sobre o Autor

### **Ricardo Bispo Razaboni Junior**

Mestre em Teoria do Direito e do Estado pelo Centro Universitário Eurípides de Marília/SP.

Foi bolsista CAPES/PROSUP – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Pós-graduando em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Graduado em Direito pela Fundação Educacional do Município de Assis.

Foi membro do Grupo de Pesquisa REI (Relações Institucionais) – Todos os lados do art. 2º da Constituição Federal e do Grupo de Pesquisa DiFuSo (Direitos Fundamentais Sociais), ambos cadastrados no diretório acadêmico de pesquisa do CNPQ.

Professor de pós-graduação *lato sensu*.

Professor no curso de graduação da Universidade Norte do Paraná – Bandeirantes/PR.

Professor de cursos preparatórios para concursos públicos.

Advogado.

Consultor Jurídico.

**1. (PC-SP – DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP – 2018)** Ao julgar o RE nº 251.445/GO, o Supremo Tribunal Federal decidiu que o termo “casa”, resguardado pela inviolabilidade conferida pelo art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal e antes restrito a domicílio e residência, revela-se abrangente, devendo, portanto, se estender também a qualquer compartimento privado onde alguém exerça profissão ou atividade. Essa fixação de novo entendimento pelo Supremo Tribunal Federal que acarretou num processo de alteração do sentido da norma constitucional, sem alteração do texto, é denominada pela hermenêutica constitucional de

- a) repriminação constitucional.
- b) mutação constitucional informal.
- c) interpretação conforme.
- d) interpretação literal.
- e) interpretação teleológica.

**2. (PC-SP – DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP – 2018)** Em recente julgamento nos autos da ADPF no 132, o Supremo Tribunal Federal, diante da possibilidade de duas ou mais interpretações razoáveis sobre o art. 1.723 do Código Civil, que trata sobre a união estável entre homem e mulher, reconheceu a união homoafetiva como família. Nesse caso, é correto afirmar que a técnica de interpretação utilizada foi:

- a) interpretação teleológica.
- b) mutação constitucional informal.
- c) interpretação conforme.
- d) mutação constitucional formal.
- e) ponderação pelo princípio da proporcionalidade.

**3. (PC-SP – DELEGADO DE POLÍCIA – PC-SP – 2012)** Há uma ideia difundida de que a Constituição não se caracteriza por ser

- a) a limitação do Poder do Estado.
- b) um corpo sistemático de normas.
- c) a organização política basilar de um Estado.
- d) a cúpula da ordem estabelecida.
- e) uma oligarquia eletiva.

**1.**

Em “a”, o efeito repristinatório ocorre a partir da declaração de inconstitucionalidade de uma lei revogadora, restaurando-se a vigência da lei que por ela foi, anteriormente, revogada. Ou seja, a lei revogada volta a vigorar, não sendo, portanto, aplicável no caso em tela. Ademais, observa-se ainda que tal efeito não é admitido de forma tácita no ordenamento jurídico brasileiro (art. 2º § 3º do Decreto-lei 4.657/1942 – LINDB).

Em “b”, Lenza, (2015, p. 245): “As mutações, por seu turno, não seriam alterações “físicas”, “palpáveis”, materialmente perceptíveis, mas sim alterações no significado e sentido interpretativo de um texto constitucional. A transformação não está no texto em si, mas na interpretação daquela regra enunciada. O texto permanece inalterado.” (LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquemático*. 19. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2015).

Em “c”, a interpretação conforme é aquela que busca concordância com o texto constitucional quando a norma possui mais de uma interpretação. Observa-se entre seus aspectos a prevalência da norma constitucional, a exclusão da interpretação *contra legem* e a proibição da atuação do intérprete como legislador positivo contrário ao texto constitucional. (LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquemático*. 19. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2015).

Em “d”, literal é a interpretação baseada nos exatos termos da norma.

Em “e”, a interpretação teleológica busca a finalidade da norma.

**GABARITO OFICIAL: B****2.**

Em “a”, busca-se com a interpretação teleológica a finalidade da norma, ou seja, tal método interpretativo não é aplicável no caso em questão.

Em “b”, da mesma forma, não se aplica a mutação constitucional informal.

Em “c”, verifica-se a aplicação da interpretação conforme, que é aplicada em normas infraconstitucionais buscando-se concordância com o texto constitucional quando tais normas possuem mais de uma interpretação. Observa-se entre seus aspectos, a prevalência da norma constitucional, a exclusão da interpretação *contra legem* e a proibição da atuação do intérprete como legislador positivo contrário ao texto constitucional. (LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquemático*. 19º ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Saraiva, 2015).

Em “d”, a mutação constitucional é um método informal da alteração do texto normativo.

Em “e”, no caso em tela, não há o que se falar na aplicação do princípio da proporcionalidade.

**GABARITO OFICIAL: C****3.**

Em “e”, a oligarquia é um governo de poucos, o que vai contra a previsão da Constituição Federal de 1988, que considera o povo como detentor do poder, o qual é exercido diretamente ou por seus representantes eleitos (artigo 1º, parágrafo único, CF).

**GABARITO OFICIAL: E**

# DIREITO ADMINISTRATIVO

## **Sobre o Autor**

### **Fernando Paternostro Zantedeschi**

Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Bacharel em Direito, com pós-graduação em Direito Constitucional e Administrativo.

Atuou na Advocacia-Geral da União (AGU).

Atualmente é autor e revisor de obras jurídicas de concursos públicos e exame da OAB.

## PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**1. (PC-SP – ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL – VUNESP – 2018)** A razoável duração do processo e o emprego de meios que assegurem a celeridade na sua tramitação são assegurados, a todos, no âmbito administrativo e revelam direito fundamental que tem por conteúdo os princípios da:

- a) moralidade e reserva legal.
- b) nova gestão pública e razoabilidade.
- c) isonomia e eficiência.
- d) legalidade e publicidade.
- e) impessoalidade e indisponibilidade do interesse público.

**2. (PC-SP – DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL – VUNESP – 2018)** Os princípios administrativos podem ser utilizados para fins de controle de constitucionalidade dos atos administrativos pelo Poder Judiciário, sendo o que se observa na alternativa a seguir:

- a) a nomeação de cônjuge da autoridade nomeante para o exercício de cargo em comissão ou de confiança na Administração Pública do Estado viola a Constituição Federal.
- b) o ato administrativo eivado de ilegalidade deverá ser revogado pelo administrador público, em obediência ao princípio administrativo da discricionariedade.
- c) ao titular do cargo de procurador de autarquia exige-se a apresentação de instrumento de mandato para representá-la em juízo.
- d) não é possível a autotutela sobre os atos administrativos após a sua impugnação no Poder Judiciário.
- e) o princípio da pessoalidade é corolário da isonomia e da legalidade, sendo centrais à ação administrativa.

## ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

**3. (PC-SP – ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL – VUNESP – 2018)** A Administração Indireta compreende as seguintes entidades, dotadas de personalidade jurídica própria:

- a) autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.
- b) agências executivas, fundações de apoio e serviços sociais autônomos.
- c) autarquias, fundações, organizações sociais e empresas públicas.
- d) agências reguladoras, empresas públicas e Polícias Civil e Militar.
- e) autarquias, fundações e organizações sociais.

**1.**

Em "a": Errado – O princípio da moralidade diz respeito a conduta dos agentes públicos, que devem zelar pela boa prestação de serviços públicos, agindo com ética, decoro, honestidade e boa-fé. O princípio da reserva legal diz respeito à necessidade, imposta pela Constituição Federal, que determinada matéria seja regulamentada pela lei em sentido formal (restrito).

Em "b": Errado – Não existe um "princípio da nova gestão pública". O que existe é o princípio da eficiência, disposto no *caput* do art. 37 da CF/1988, e é considerado um marco de um novo modelo de gestão da Administração Pública, uma vez que tal princípio foi introduzido pela Emenda Constitucional nº 19/1998.

Em "c": Certo – O princípio da isonomia (o Texto Constitucional fala em "impessoalidade") impõe à Administração Pública um dever de agir com imparcialidade na defesa do interesse público, sendo vedado qualquer forma de discriminação ou tratamento diferenciado entre os administrados. O princípio da eficiência, por sua vez, zela pela implantação de um modelo de administração gerencial, voltada para um maior alcance de resultados na atuação do Poder Público. Esses dois princípios são os que melhor se adequam à razoável duração do processo e o emprego de meios que assegurem a celeridade processual.

Em "d": Errado - O princípio da legalidade remete ao fato de que a Administração Pública só pode fazer aquilo que a lei permite. Trata-se de uma garantia de que nenhum agente estatal tenha poderes para agir fora da lei e praticar abusos contra os cidadãos. A publicidade, por sua vez, constitui na obrigação de tornar todos os atos administrativos públicos, de modo a oferecer maior transparência na execução de serviços públicos.

Em "e": Errado – O princípio da indisponibilidade do interesse público diz respeito ao fato de que o agente público, na execução de suas tarefas, não é o titular do interesse público, e dele não pode abrir mão, uma vez que o interesse público somente pode ser manejado nos limites da Lei.

**GABARITO OFICIAL: C****2.**

Em "a": Certo – A hipótese narrada pela alternativa é um caso típico de nepotismo, o que é absolutamente vedado pela Administração Pública. Nos termos da Súmula Vinculante nº 13 do STF: "A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, ou, ainda, de função gratificada na Administração Pública direta e indireta, em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal".

Em "b": Errado – Por ser um vício quanto à legalidade, não é hipótese para revogação, mas anulação, nos termos da Súmula nº 473 do STF.

Em "c": Errado – Segundo a Súmula nº 644 do STF, Ao titular do cargo de procurador de autarquia não se exige a apresentação de instrumento de mandato para representá-la em juízo. Lembre-se que autarquia possui personalidade jurídica, podendo responder judicialmente pelos atos que seus agentes praticam.

Em "d": Errado - A autotutela é admitida mesmo quando o ato já foi impugnado no seio do Poder Judiciário.

Em "e": Errado – O nome correto do princípio é da **impessoalidade**, na forma do *caput* do art. 37 da CF/1988.

**GABARITO OFICIAL: A**

**3.**

Em "a": Certo – É o texto do art. 4º, II e alíneas, do Dec-Lei nº 200/1967.

Em "b": Errado – Agências executivas nada mais são do que autarquias com uma qualificação especial para celebrar contratos de gestão com o Ministério o qual esteja vinculado. Todavia, os serviços sociais autônomos não são entidades da Administração Indireta.

Em "c" e "e": Errado – As organizações sociais (OS) não pertencem a Administração Indireta, pois são associações da esfera privada, sem fins lucrativos, cujas atividades envolvem a prestação de serviços de relevante interesse público.

Em "d": Errado – As Polícias Civil e Militar são órgãos da Secretaria de Segurança Pública. Não compõem a Administração Indireta ante o fato de que são entes sem personalidade jurídica própria.

**GABARITO OFICIAL: A**

# DIREITOS HUMANOS

## **Sobre a Autora**

### **Bruna Pinotti Garcia Oliveira**

Doutoranda em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília (UnB).

Mestra em Teoria do Direito e do Estado pelo Centro Universitário Eurípides de Marília (UNIVEM) – bolsista CAPES.

Professora de curso preparatório para concursos.

Professora da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Autora de diversos trabalhos científicos publicados em revistas qualificadas, anais de eventos e livros.

Trabalhos realizados notadamente na área de direito eletrônico, Direitos Humanos e Direito Constitucional.

Advogada e pesquisadora.

## CONCEITO E CARACTERÍSTICAS DE DIREITOS HUMANOS

**1. (PC-SP – PAPILOSCOPISTA POLICIAL – VUNESP – 2018)** É correto afirmar que os direitos humanos fundamentais:

- a) visam estabelecer condições mínimas de vida e desenvolvimento da pessoa humana.
- b) são aplicáveis tanto a pessoas naturais quanto a pessoas jurídicas.
- c) têm por finalidade a proteção contra o arbítrio das empresas multinacionais.
- d) surgiram após o nascimento da ideia do constitucionalismo.
- e) consistem em instrumentos de legitimação do poder punitivo do próprio Estado e de suas autoridades constituídas.

**2. (PC-SP – DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP – 2018)** Assinale a alternativa correta a respeito das características dos direitos humanos:

- a) o princípio da ilimitabilidade garante que o Estado e a sociedade não podem limitar a fruição dos direitos humanos já conquistados, com o objetivo de disciplinar situações excepcionais que venham a reduzir o alcance desses direitos.
- b) o princípio da divisibilidade propõe que os direitos humanos devem obedecer a uma classificação retórica, que divide e categoriza os vários grupos de direitos inerentes ao homem e à sociedade, para que sejam melhor usufruídos pelos seus destinatários.
- c) o princípio da essencialidade reza que os direitos humanos devem ser vistos como aquela categoria de direitos inerentes à sociedade em determinada época histórica, podendo ser divididos em essenciais, que devem gozar de livre fruição, e os não essenciais, que ainda demandam reivindicações a serem conquistadas ao longo do tempo.
- d) o princípio da inalterabilidade estabelece que os direitos humanos não sofrem alterações com o decurso do tempo, pois têm caráter eterno, não se ganham nem se perdem com o tempo, são anteriores, concomitantes e posteriores aos indivíduos.
- e) o princípio da interrelacionariedade dispõe que os direitos humanos e os sistemas de proteção se inter-relacionam, permitindo às pessoas escolher entre os mecanismos de proteção global ou regional, pois não há hierarquia entre eles.

**1.**

Em "a", os direitos humanos tomam como principal foco a pessoa humana e possuem a finalidade de protegê-la em todos aspectos que garantam o atributo da dignidade, o que inclui a garantia de mínimas condições de vida (saúde, moradia, lazer, privacidade, etc.) e o desenvolvimento (permitindo à pessoa alcançar patamares elevados de autoconhecimento e autodeterminação).

Em "b", os direitos humanos são direitos da pessoa humana e são aplicáveis às pessoas naturais.

Em "c", é bastante rasa, internacionalmente, a discussão sobre a responsabilidade transnacional de empresas por violações de direitos humanos, sendo que tais direitos foram, originalmente, concebidos como uma proteção contra o arbítrio do Estado.

Em "d", o movimento constitucionalista toma força no mesmo momento em que os direitos humanos se aproximam da noção contemporânea que os cerca.

Em "e", os direitos humanos não pretendem legitimar o poder punitivo do Estado, mas sim fixar limitações ao poder do Estado.

**GABARITO OFICIAL: A****2.**

Em "a", direitos humanos são limitáveis, até mesmo porque nenhum direito pode ser absoluto, afinal, o direito de um termina onde começa o do outro (princípio da limitabilidade).

Em "b", direitos humanos são indivisíveis, eis que compõem um todo que sustenta o atributo da dignidade humana. A retirada de um direito afetaria a existência dos direitos em si (princípio da indivisibilidade).

Em "c", todos os direitos humanos são essenciais, pois cada um deles atende a um aspecto determinante da existência da pessoa humana.

Em "d", direitos humanos passam por naturais processos de alteração ao longo do tempo, pois são determinados por fatores históricos (princípio da historicidade).

Em "e", de fato, os direitos humanos e os sistemas de proteção (global, regional e nacional) se relacionam e se complementam, não havendo hierarquia entre um e outro, no que se denomina princípio da complementariedade ou da interrelacionariedade.

**GABARITO OFICIAL: E**

# DIREITO PENAL

## **Sobre o Autor**

### **Diego Luiz Victório Pureza**

Pós-Graduado em Ciências Penais pela Universidade Anhanguera Uniderp – LFG. Pós-Graduado em Docência do Ensino Superior pela Universidade Anhanguera Uniderp – LFG. Pós-Graduado em Corrupção: Controle e Repressão a Desvios de Recursos Públicos pela Universidade Estácio de Sá. Bacharel em Direito pela Universidade Anhanguera Educacional de Jacareí. Sócio, Diretor Administrativo e Professor do Burke Instituto Conservador. Coordenador e Professor de Direito Penal e Criminologia da Nova Concursos. Professor de Direito Penal, Direito Processual Penal, Criminologia e Legislação Especial de diversos cursos preparatórios para concursos públicos. Palestrante com ênfase em temas penais e autor de artigos e obras jurídicas. Advogado.

## HISTÓRIA DO DIREITO PENAL

**1. (PC-SP – DELEGADO POLICIAL – VUNESP – 2014)** Quantos foram os Códigos Penais vigentes no Brasil?

- a) Três.    b) Seis.    c) Dois.    d) Cinco.    e) Um.

## PRINCÍPIOS E APLICAÇÃO DA LEI PENAL – TEMPO E LUGAR DO CRIME

**2. (PC-SP – INVESTIGADOR – VUNESP – 2018)** No que diz respeito ao lugar do crime, o CP adotou a teoria.

- a) do resultado, ou seja, considera-se praticado o crime no lugar onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
- b) da ubiquidade, ou seja, considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
- c) da atividade, ou seja, considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte.
- d) da extraterritorialidade, ou seja, considera-se praticado no Brasil o crime cometido no estrangeiro contra a vida ou a liberdade do Presidente da República.
- e) da territorialidade estendida, ou seja, considera-se praticado no Brasil o crime cometido a bordo de embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou privada, onde quer que se encontrem.

**3. (PC-SP – DELEGADO POLICIAL – VUNESP – 2014)** Assinale a alternativa que apresenta o princípio que deve ser atribuído a Claus Roxin, defensor da tese de que a tipicidade penal exige uma ofensa de gravidade aos bens jurídicos protegidos.

- a) Insignificância.
- b) Intervenção mínima.
- c) Fragmentariedade.
- d) Adequação social.
- e) Humanidade.

**1.**

O Primeiro Código Penal que tivemos no Brasil foi sancionado por Dom Pedro I, após aprovação pela Assembleia Geral, entrando em vigor em 1830. Já o Segundo Código Penal entrou em vigor em 1890. Por fim, o Terceiro Código Penal, entrou em vigor em 1940 e permanece até hoje. Portanto, tivemos na história do Brasil três Códigos Penais.

Em "a": Certo – Vide comentários acima.

Em "b": Errado – Vide comentários acima.

Em "c": Errado – Vide comentários acima.

Em "d": Errado – Vide comentários acima.

Em "e": Errado – Vide comentários acima.

**GABARITO OFICIAL: A****2.**

Em "a": Errado – O Código Penal não limitou o lugar do crime, apenas ao ambiente do resultado.

Em "b": Certo – O art. 6º do CP adotou claramente a chamada teoria da ubiquidade (também chamada de mista), considerando como lugar do crime o local onde ocorreu a conduta criminosa e, também, o lugar onde o crime foi consumado (resultado), ou, nos casos dos crimes tentados, onde deveria ter ocorrido o resultado.

Em "c": Errado – A teoria da atividade foi adotada apenas em relação ao tempo de crime (art. 4º do CP).

Em "d": Errado – O princípio da extraterritorialidade é aplicado excepcionalmente nas hipóteses previstas no art. 7º do CP, e relaciona-se com a aplicação da lei penal brasileira aos fatos praticados no estrangeiro, não se tratando do tema "lugar do crime".

Em "e": Errado – O princípio da territorialidade é a regra adotada pelo nosso CP em relação ao alcance da aplicação da lei penal, não se relacionando diretamente com o tema "lugar do crime".

**GABARITO OFICIAL: B****3.**

Em "a": Certo – Claus Roxin, considerado por muitos como um dos maiores penalistas do mundo, defende a aplicação de um Direito Penal preocupado apenas com ofensas (ou ameaças de ofensas) efetivas ao bem jurídico tutelado. Como consequência lógica desse raciocínio, Roxin defende a tese de que em hipóteses nas quais existe conduta criminal, sem violência contra a pessoa, em que o bem jurídico atingido for diminuto (exemplo: furto de um lápis), não haverá tipicidade (e, portanto, não haverá crime), diante da ausência da chamada tipicidade material. Tudo isso em decorrência do chamado Princípio da Insignificância.

Em "b": Errado – Vide comentários acima.

Em "c": Errado – Vide comentários acima.

Em "d": Errado – Vide comentários acima.

Em "e": Errado – Vide comentários acima.

**GABARITO OFICIAL: A**

# DIREITO PROCESSUAL PENAL

## **Sobre o Autor**

### **Diego Luiz Victório Pureza**

Pós-Graduado em Ciências Penais pela Universidade Anhanguera Uniderp - LFG. Pós-Graduado em Docência do Ensino Superior pela Universidade Anhanguera Uniderp - LFG. Pós-Graduado em Corrupção: Controle e Repressão a Desvios de Recursos Públicos pela Universidade Estácio de Sá. Bacharel em Direito pela Universidade Anhanguera Educacional de Jacareí. Sócio, Diretor Administrativo e Professor do Burke Instituto Conservador. Coordenador e Professor de Direito Penal e Criminologia da Nova Concursos. Professor de Direito Penal, Direito Processual Penal, Criminologia e Legislação Especial de diversos cursos preparatórios para concursos públicos. Palestrante com ênfase em temas penais e autor de artigos e obras jurídicas. Advogado.

## PRINCÍPIOS E APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL

**1. (PC-SP – DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP – 2018)** Tício está sendo processado pela prática de crime de roubo. Durante o trâmite do inquérito policial, entra em vigor determinada lei, reduzindo o número de testemunhas possíveis de serem arroladas pelas partes no procedimento ordinário. A respeito do caso descrito, é correto que

- a) não se aplica a lei nova ao processo de Tício em razão do princípio da anterioridade.
- b) a lei que irá reger o processo é a lei do momento em que foi praticado o crime, à vista do princípio *tempus regit actum*.
- c) em razão do sistema da unidade processual, pelo qual uma única lei deve reger todo o processo, a lei velha continua ultra-ativa e, por isso, não se aplica a nova lei, mormente por ser esta prejudicial em relação aos interesses do acusado.
- d) não se aplica a lei revogada ao processo de Tício em razão do princípio da reserva legal.
- e) não se aplica a lei revogada porque a instrução ainda não se iniciara quando da entrada em vigor da nova lei.

**2. (PC-SP – DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP – 2014)** A lei processual penal

- a) tem aplicação imediata, sem prejuízo dos atos realizados sob a vigência de lei anterior.
- b) somente pode ser aplicada a processos iniciados sob sua vigência.
- c) tem aplicação imediata, devendo ser declarados inválidos os atos praticados sob a vigência de lei anterior.
- d) tem aplicação imediata, devendo ser renovados os atos praticados sob a vigência da lei anterior.
- e) é retroativa aos atos praticados sob a vigência de lei anterior.

**3. (PC-SP – DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP – 2014)** São princípios constitucionais explícitos do processo penal:

- a) ampla defesa e intervenção mínima.
- b) presunção de inocência e lesividade.
- c) intervenção mínima e duplo grau de jurisdição.
- d) presunção de inocência e ampla defesa.
- e) lesividade e intervenção mínima.

**4. (PC-SP – DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP – 2014)** Em se tratando de processo penal, assinale a alternativa que apresenta, correta e respectivamente, uma fonte direta e uma fonte indireta.

- a) Costume e lei.
- b) Costume e jurisprudência.
- c) Doutrina e jurisprudência.
- d) Princípios gerais do direito e doutrina.
- e) Lei e costume.

**1.**

Quando se trata de norma processual penal, a sua aplicação será imediata, não existindo a incidência do princípio da irretroatividade ou retroatividade benéfica, como ocorre no Direito Penal. Benéfica ou maléfica a lei processual penal será aplicada de imediato. Consagra-se o princípio da aplicação imediata (ou princípio do efeito imediato, ou *tempus regit actum*). É o que se extrai da leitura do art. 2º do CPP: “a lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior”. Nesse sentido, pode-se destacar duas conclusões: (a) A norma processual penal aplica-se de imediato, regulando o restante do processo; (b) Os atos processuais já realizados na vigência da lei anterior consideram-se válidos. Nesse sentido, se, por exemplo, nova lei apresenta regras novas sobre citação, as citações já realizadas no processo sob a égide de lei anterior continuam válidas e a nova regra será aplicada em relação às citações futuras.

Em “a”: Errado – Vide comentários acima.

Em “b”: Errado – Trata-se de outra característica dessa teoria onde, a escolha se baseia na meritocracia.

Em “c”: Errado – A ênfase nas pessoas é característica da teoria das relações humanas, na teoria burocrática a ênfase é na racionalidade, na estrutura.

Em “d”: Errado – A teoria burocrática caracteriza-se pela hierarquia e autoridade.

Em “e”: Certo – Assim como vimos na alternativa B, que as escolhas se dão por meritocracia, elas também se dão por competência técnica.

**GABARITO OFICIAL: E****2.**

Em “a”: Certo – É exatamente o que prescreve o art. 2º do CPP: “a lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior”.

Em “b”: Errado – Conforme o princípio do *tempus regit actum*, a aplicação da lei nova será imediata, desde que tenha conteúdo puramente processual.

Em “c”: Errado – Os atos processuais já realizados na vigência da lei anterior consideram-se válidos.

Em “d”: Errado – Sendo válidos, não há a necessidade de renovação dos atos já praticados na vigência da lei anterior.

Em “e”: Errado – Esta é a regra aplicada à lei penal (Direito Penal) no caso de lei posterior benéfica.

**GABARITO OFICIAL: A****3.**

Os princípios Processuais Penais Constitucionais são aqueles com status de norma constitucional, seja por estar previsto expressamente, seja por ter sua ideia extraída da CF/88. Os princípios Constitucionais subdividem-se em princípios explícitos (previstos de forma expressa na Constituição Federal) e princípios implícitos

(não previstos de forma expressa, mas extraídos a partir de princípios, ideias e valores previstos na Constituição Federal). Eis os princípios processuais penais constitucionais expressos (explícitos): princípio da presunção de inocência (ou de não culpabilidade); devido processo legal; contraditório; ampla defesa; publicidade; juiz natural; economia e celeridade processual; e, vedação às provas ilícitas.

Em "a": Errado – Vide comentários acima.

Em "b": Errado – Vide comentários acima.

Em "c": Errado – Vide comentários acima.

Em "d": Certo – Vide comentários acima.

Em "e": Errado – Vide comentários acima.

**GABARITO OFICIAL: D**

**4.**

Quando falamos de fontes falamos das origens de extração de normas e princípios que norteiam o, no caso, direito processual penal. Uma das classificações doutrinárias é a seguinte: fontes diretas e indiretas. Como fontes diretas (ou imediatas) podemos citar como exemplos: lei (abrangendo a Constituição Federal, legislação especial e o próprio código de processo penal, convenções e tratados internacionais. Já como fontes indiretas (ou mediatas), citamos como exemplos os costumes e os princípios gerais de direito.

Em "a": Errado – Vide comentários acima.

Em "b": Errado – Vide comentários acima.

Em "c": Errado – Vide comentários acima.

Em "d": Errado – Vide comentários acima.

Em "e": Certo – Vide comentários acima.

**GABARITO OFICIAL: D**

# MEDICINA LEGAL

## Sobre o Autor

### **Ricardo Bispo Razaboni Junior**

Mestrando em Teoria do Direito e do Estado pelo Centro Universitário Eurípides Soares da Rocha de Marília/SP. Bolsista CAPES/PROSUP. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Pós-graduando em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Graduado em Direito pela Fundação Educacional do Município de Assis. Membro do Grupo de Pesquisa REI (Relações Institucionais). Todos os lados do art. 2º da Constituição Federal e do Grupo de Pesquisa DiFuSo (Direitos Fundamentais Sociais), ambos cadastrados no diretório acadêmico de pesquisa do CNPQ. Professor de pós-graduação *lato sensu* em São Paulo. Professor de cursos preparatórios para concursos públicos. Realiza estágio-docência na graduação do curso de Direito do Centro Universitário Eurípides Soares da Rocha de Marília-SP. Advogado. Consultor Jurídico.

**1. (PC-CE – DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL DE 1ª CLASSE – VUNESP – 2015)** Durante uma avaliação pericial em um homem de 22 anos, são constatadas as seguintes características: lesões puntiformes em região antecubital direita; pupilas extremamente mióticas; rebaixamento do nível de consciência; redução da frequência respiratória e redução da temperatura corpórea.

Em relação aos achados descritos, assinale a alternativa **correta**

- a) os achados sugerem um evento agudo e inesperado, possivelmente uma doença aguda (acidente vascular cerebral).
- b) podem representar uma tentativa de suicídio possivelmente devido ao uso de antidepressivos tricíclicos.
- c) trata-se de um provável trauma craniano do tipo contuso.
- d) os achados corroboram o uso de droga ilícita com característica do tipo opioide (heroína).
- e) a descrição aponta para uma tentativa de indução de coma de forma criminosa, possivelmente por droga alucinógena (ácido lisérgico).

**2. (PC-SP – MÉDICO LEGISTA – VUNESP – 2014)** Com relação ao uso crônico da cocaína, especialmente em jovens, pode-se afirmar que:

- a) eventos cardiovasculares são raramente observados pelo uso da droga.
- b) a morte súbita geralmente decorre de fenômenos tromboembólicos durante a ingestão da droga.
- c) hipertensão arterial, lesões vasculares e suas consequências são relativamente comuns nesses indivíduos.
- d) não costuma deixar nenhum substrato morfológico nas vísceras, sendo um achado exclusivo do exame toxicológico.
- e) o órgão alvo de ação da droga é unicamente o Sistema Nervoso Central.

**3. (PC-SP – MÉDICO LEGISTA – VUNESP – 2014)** A coleta de sangue para o exame toxicológico durante a necropsia pericial deverá ser feita, preferencialmente, da:

- a) cavidade pélvica.
- b) cavidade pleural.
- c) cavidade abdominal.
- d) artéria aorta.
- e) veia femoral.

## GABARITO COMENTADO

1.

Em "a", não se trata de um acidente vascular cerebral.

Em "b", no caso em questão não caberia o suicídio.

Em "c", não há o que se falar em trauma craniano.

Em "d", importante saber que lesões puntiformes são as produzidas por agulhas hipodérmicas (injeção), do mesmo modo, a região "antecubital" seria a parte interna do cotovelo, e "mióticas" seria pupila contraída, sabendo tais significados, evidente, portanto, a ocorrência descrita na presente alternativa.

Em "e", não seria uma tentativa de indução de coma de forma criminosa, possivelmente por droga alucinógena. No mais, vide comentário letra "d".

**GABARITO OFICIAL: D**

2.

Em "c", as reações agudas ao uso da cocaína mais frequentemente associadas ao sistema cardiovascular incluem hipertensão arterial sistêmica (HAS), infarto agudo do miocárdio (IAM), acidente vascular cerebral (AVC) dissecação de aorta, vasoespasmos e cardiomiopatia (Kloner RA, 1992; Lange RA, 2001) enquanto que no sistema nervoso central os principais efeitos agudos são: enfarte cerebral, convulsões, hemorragias cerebrais, enxaqueca, vasculites e casos transitórios em sua maioria, de cegueira aguda (Gay, 1982; CM Sauer 1991).

**GABARITO OFICIAL: C**

3.

Em "e", nos casos de morte violenta, preconiza-se seja feita a dosagem de álcool nas vísceras, ou no sangue do hemicórdio direito (para evitar possível erro determinado pela difusão *post mortem* da bebida alcoólica do estômago para o coração), ou no sangue da veia femoral. Ressalta-se, que a utilização do sangue femoral é devido a ele ser mais limpo e preciso para o resultado do teste.

**GABARITO OFICIAL: E**

# CRIMINALÍSTICA

## Sobre o Autor

### Rodrigo de Carvalho Gonçalves

Graduação em Direito pelo Centro Universitário Salesiano São Paulo, UNISAL (Lorena-SP). Pós-graduação em Direito Público pelo Centro Universitário Salesiano São Paulo, UNISAL. Pós-graduando em Planejamento, Implementação e Gestão de EAD pela Universidade Federal Fluminense, UFF. Pós-graduação em Direito Penal e Processo Penal pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul, USCS. Direito Internacional dos Conflitos Armados e Direitos Humanos pelo Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica, CIEAR. O Novo CPC, aspectos práticos após a entrada em vigor pelo Curso Êxito. Direito Penal Internacional na Era dos Direitos Humanos pela Escola Judiciária Militar do Estado de São Paulo, EJM. Elementos de Direito Processual Penal Militar pela Escola Judiciária Militar do Estado de São Paulo, EJM. Policial Judiciário Militar pela Corregedoria da Polícia Militar do Estado de São Paulo, CORREG. Policial Judiciário Militar pelo Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica, CIEAR. Leciona Direito Penal Militar e Processo Penal Militar no Curso Êxito na modalidade EaD, e tutor de Noções de Direito Constitucional na EEAR. Acrescentam-se ainda as instruções teóricas, práticas e de legislação de tiro com armas terrestres de uso da Força Aérea Brasileira, com ênfase nos calibres 9mm e 5,56mm.

**1. (PC-SP – PAPILOSCOPISTA POLICIAL – VUNESP – 2018)** As impressões digitais das mãos humanas têm sido usadas como meio confiável de identificação pessoal há mais de um século. Durante esse tempo, não foram encontrados dois padrões de impressão digital idênticos.

(Swofford, Henry J. The Ontogeny of the Friction Ridge. Georgia State University: Department of Biology. Journal of Forensic Identification, 2008).

A afirmação refere-se a um dos postulados da papiloscopia. Trata-se de

- a) visibilidade.
- b) infalibilidade.
- c) previsibilidade.
- d) variabilidade.
- e) perenidade.

**2. (PC-SP – ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL – VUNESP – 2018)** Assinale a alternativa CORRETA no que diz respeito à vitimologia.

- a) Na década de 80 do século XX, a ONU promulgou um dos principais diplomas internacionais no que diz respeito aos direitos das vítimas.
- b) Vitimização terciária é definida como o resultado dos obstáculos e sofrimentos vivenciados pela vítima, em decorrência dos procedimentos legais da persecução penal desenvolvida pelo Estado.
- c) No Brasil, a vitimologia é sistematizada por autores nacionais a partir da década de 30 do século XX, ajudando a nortear a elaboração do Código Penal de 1940.
- d) Vitimização secundária é definida como o resultado da agressão infligida à vítima pelo autor do crime.
- e) O termo “vitimologia” foi cunhado na década de 20 do século XX, ao término da primeira guerra mundial.

**3. (PC-SP – AUXILIAR DE NECROPSIA DA POLÍCIA CIVIL – VUNESP – 2014)** Local de crime é todo espaço ou área física, externa, interna ou mista

- a) que necessariamente se utiliza para o cometimento de crimes de tráfico.
- b) que eventualmente é utilizado.
- a) para crimes contra a vida.
- c) onde materialmente se encontra o autor da infração penal.
- d) onde ocorreu a prática da infração penal.

**4. (PC-SP – AUXILIAR DE NECROPSIA DA POLÍCIA CIVIL – VUNESP – 2014)** Os resultados obtidos por meio das análises periciais devem ser descritos sempre de forma clara, metódica, racional, lógico-dedutiva e elaborados com linguagem técnico-jurídica. Isto pode se subsumir ao princípio da(o)

- a) orientação aristotélico-tomista.
- b) certeza verificável.
- c) descrição.
- d) legalidade.

## GABARITO COMENTADO

1.

Em "a": Errado – Conforme explicação contida na alternativa "d".

Em "b": Errado – Conforme explicação contida na alternativa "d".

Em "c": Errado – Conforme explicação contida na alternativa "d".

Em "d": Certo – Variabilidade, pois há alguns postulados da papiloscopia:

*Unicidade e variabilidade*: único de um indivíduo. (Nem mesmo gêmeos univitelinos possuem a mesma impressão digital).

*Imutabilidade*: não muda, nem se altera ao longo do tempo.

*Perenidade*: característica de resistir a ação do tempo.

*Praticabilidade*: significa praticável na rotina pericial.

*Classificabilidade*: é o método que permite que os dados sejam de fácil arquivamento e recuperação.

**GABARITO OFICIAL: D**

2.

Em "a": Certo – Vitimização é criminalística, e não criminologia.

Vejam: **criminalística** é uma ciência que se utiliza do conhecimento de outras ciências para poder realizar o seu *mister*: o de extrair informações de qualquer vestígio encontrado em um local de infração penal, que propiciem a obtenção de conclusões acerca do fato ocorrido, reconstituindo os gestos do agente da infração e, se possível, identificando-o.

Assim, podemos dizer que vitimização primária é aquela que decorre direta e imediatamente da prática delitiva, por exemplo, a pessoa que sofre uma lesão corporal. Por outro lado, a vitimização secundária é o produto da equação que envolve as vítimas primárias e o Estado, diante do exercício do controle formal. Em outras palavras, é o ônus que recai na vítima em decorrência da operação estatal para apuração e punição do crime. Por exemplo, além de sofrer as consequências diretas da conduta (vitimização primária), uma pessoa que é lesionada deverá seguir a uma delegacia de polícia, aguardar para ser atendida, passar por um exame de corpo de delito, prestar depoimento em juízo e, enfim, estará à disposição do Estado para que o autor do crime seja punido.

Já a vitimização terciária, é provocada pelo meio social, normalmente em decorrência da estigmatização trazida pelo tipo de crime. Exemplo clássico é a vítima de crimes contra a dignidade sexual, que, além de suportar o crime, sofre o preconceito de outras pessoas que não a aceitam como anteriormente.

Em "b": Errado.

Em "c": Errado.

Em "d": Errado.

**GABARITO OFICIAL: A**

3.

Em "a": Errado – O local do crime, em síntese, é o espaço onde ocorre a ação ou a omissão que resulta em qualquer crime, e não especificamente crimes de tráfico.

Em "b": Errado – O local do crime não é um espaço para a prática de determinados crimes.

Em "c": Errado – Não necessariamente o autor da conduta delitiva se encontra no local do crime. Um exemplo simples: o autor envia para a vítima uma mensagem de texto por meio de rede social praticando crime de injúria. Detalhe: o autor está em Porto Alegre-RS e a vítima em Natal-RN. E, assim, podemos criar várias hipóteses. Em "d": Certo – O local do crime pode ser definido pela área física, externa, interna ou mista onde ocorreu a prática da infração penal, ou seja, onde ocorreu o fato, esclarecido ou não esclarecido, que apresente os vestígios da conduta.

#### **GABARITO OFICIAL: D**

4.

Em "a": Errado – Os resultados obtidos das análises periciais são baseados no princípio da descrição, e não pelo princípio aristotélico-tomista que, em síntese, tem como objetivo a tentativa de conciliação, e não a busca dos fatos.

Em "b": Errado – A certeza busca a verdade, e a perícia apresenta a dedução de como poderia ter ocorrido os fatos.

Em "c": Certo – Pode-se considerar como princípios criminalísticos a descrição, observação, interpretação, documentação e a análise. Deste modo, conforme as alternativas acima, observa-se que a letra C é a única que traz um princípio.

Porém, para um melhor estudo, pode-se definir que a descrição deve ser exposta por linguagem ética e jurídica perfeita, quanto ao resultado de um exame pericial. A observação, outro princípio, sugere, por si só, que a criminalística pressupõe uma observação focada, centrada, já que qualquer contato deixa marca.

A interpretação deve ser considerada essencial, tendo em vista que as marcas deixadas em um crime são diferentes, nunca são iguais.

A documentação também se mostra como princípio essencial, já que por meio dela poderá evitar inviabilização de provas ou contaminação das mesmas, ou seja, deve-se documentar os vestígios encontrados desde a coleta.

Por fim, a análise dos vestígios deve ser científica e objetiva.

DICA: Para uma melhor memorização, sugere-se a sigla DOIDA (descrição, observação, interpretação, documentação e análise).

Em "d": Errado – Princípio da Legalidade, em apertada síntese, está relacionado com o direito penal no sentido de que a definição de condutas criminosas deve estar contida em lei.

#### **GABARITO OFICIAL: C**

# CRIMINOLOGIA

## **Sobre os Autores**

### **Diego Luiz Victório Pureza**

Pós-Graduado em Ciências Penais pela Universidade Anhanguera Uniderp - LFG.  
Pós-Graduado em Docência do Ensino Superior pela Universidade Anhanguera Uniderp - LFG.

Pós-Graduado em Corrupção: Controle e Repressão a Desvios de Recursos Públicos pela Universidade Estácio de Sá.

Bacharel em Direito pela Universidade Anhanguera Educacional de Jacareí.

Coordenador e Professor de Direito Penal e Criminologia da Nova Concursos.

Professor de Direito Penal, Direito Processual Penal, Criminologia e Legislação Especial de diversos cursos preparatórios para concursos públicos.

### **Rodrigo de Carvalho Gonçalves**

Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Salesiano São Paulo – Lorena (UNISAL).

Especialista em Direito Público pelo Centro Universitário Salesiano São Paulo – Lorena (UNISAL).

Especialista em Direito Penal e Processo Penal pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS).

Especialista em Planejamento, Implementação e Gestão de EAD pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Curso “Preparatório de Instrutor” pela Escola de Especialistas de Aeronáutica (EEAR).

Curso “Polícia Judiciária Militar” pelo Centro de Instrução e Especialização da Aeronáutica (CIEAER).

Curso “Especialização em Polícia Judiciária Militar” pela Corregedoria da Polícia Militar do Estado de São Paulo (CORREG PMESP).

Instrutor de Direito Penal Militar e Processo Penal Militar na Escola de Especialistas de Aeronáutica e Legislações, em cursos e estágios da Escola de Especialistas da Aeronáutica (EEAR).

Professor de Direito Penal, Direito Penal Militar, Direito Processual Penal, Direito Processual Penal Militar e Direito Administrativo Militar em instituições preparatórias para carreiras públicas.

Professor de Direito Previdenciário Militar na pós-graduação em Prática Previdenciária.

**1. (PC-SP – DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP – 2018)** No que concerne às Escolas Penais, é CORRETO afirmar que a:

- a) “Positiva” entende que o crime deriva de circunstâncias biológicas ou sociais, tendo sido defendida por Feuerbach.
- b) “Clássica” funda-se no livre-arbítrio e tem em Carrara um de seus maiores expoentes.
- c) “Lombrosiana” acredita que o homem é racional e nasce livre, sendo o crime fruto de uma escolha errada, concepção hipotetizada por Lombroso e também por Ferri.
- d) “Clássica” entende que a pena é medida profilática, de cura, pensamento difundido por Carmignani.
- e) “Positiva” nasce em contraposição às ideias de Lombroso, defende o naturalismo-racional e tem em Garofalo um de seus doutrinadores.

**2. (PC-SP – AUXILIAR DE PAPILOSCOPISTA POLICIAL – VUNESP – 2018)** Em relação ao conceito e ao objeto de estudo da criminologia, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O atual estágio de desenvolvimento da criminologia exclui do seu conceito o estudo das causas exclusivamente individuais para a prática dos crimes, substituindo-o pela análise das dinâmicas sociais.
- b) É um ramo de conhecimento do Direito Penal, não podendo ser definida como ciência própria, visto que se ocupa do mesmo objeto.
- c) É uma ciência que tem por objetivo principal auxiliar a interpretação das normas criminais, sob o ponto de vista dogmático.
- d) É uma ciência que estuda o crime sob o ponto de vista jurídico.
- e) Após superar os equívocos das primeiras abordagens sobre o homem delinquente, exemplificadas nos estudos de Lombroso, a criminologia moderna mantém em seu conceito o estudo do criminoso.

**1.**

Em "a": Errado – "Positiva" entende que o crime deriva de circunstâncias biológicas ou sociais, sendo defendida por Feuerbach. A escola positiva defende interação "Biopsicossocial" (o crime deriva da interação de fatores biológicos, psicológicos e sociais). Pensamento difundido por Enrico Ferri.

Em "b": Certo – "Clássica" funda-se no livre-arbítrio e tem em Carrara um de seus maiores expoentes.

Em "c": Errado – "Lombrosiana" acredita que o homem é racional e nasce livre, sendo o crime fruto de uma escolha errada – concepção hipotetizada por Lombroso e também por Ferri.

Este é o pensamento da Escola clássica, em que o crime é resultado do livre arbítrio. A escola positiva (Lombrosiana) entende que o homem é um ser irracional, uma espécie não evoluída (atávica), privado de sua autodeterminação, isto é, do livre-arbítrio.

Em "d": Errado – "Clássica" entende que a pena é medida profilática, de cura, pensamento difundido por Carmignani.

Medida profilática = medida preventiva. Está errado, a escola clássica entende que a pena tem caráter retributivo "um mal justo em resposta a um mal injusto".

Em "e": Errado – "Positiva" nasce em contraposição às ideias de Lombroso, defende o naturalismo-racional e tem em Garofalo um de seus doutrinadores.

É sabido que Lombroso é o Fundador de tal escola.

**GABARITO OFICIAL: B****2.**

Criminologia é o estudo do crime (delito), do criminoso (delinquente), da vítima e das causas e fatores da criminalidade (controle social).

Em "a": Errado – Não exclui as causas exclusivamente individuais, pois estuda o criminoso.

Em "b": Errado – Não é um ramo do direito penal. É uma ciência empírica (baseada na observação e experiência do ser) e interdisciplinar (influência profunda de diversas outras ciências) que tem por objeto de análise o crime, a personalidade do autor do comportamento delitivo, da vítima e do controle social das condutas criminosas.

Em "c": Errado – Os fins básicos da Criminologia são: informar a sociedade e os poderes constituídos acerca do crime, do criminoso, da vítima e dos mecanismos de controle social. Ainda: a luta contra a criminalidade (controle e prevenção criminal). O objeto da Criminologia está dividido em quatro vertentes: delito, delinquente, vítima e controle social.

Em "d": Errado – Por ser interdisciplinar, não tem foco somente no ponto de vista jurídico. Inclui sociologia e psicologia.

Em "e": Certo – Os estudos científicos de Lombroso assumiam feição multidisciplinar, pois emprestaram informes da psiquiatria com a análise da degeneração dos loucos morais, bem como lançaram mão de dados antropológicos para retirar o conceito de atavismo e da não evolução, desenvolvendo o conceito de criminoso nato. Propõe a utilização de método empírico-indutivo ou indutivo experimental, que se ajustava ao causalismo explicativo defendido pelo positivismo. O crime não era uma entidade jurídica, mas sim um fenômeno biológico, razão pela qual o método indutivo-experimental deveria ser o empregado.

**GABARITO OFICIAL: E**

# LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL (EXTRAVAGANTE)

## **Sobre a Autora**

### **Camila Santos Cury**

Graduação em Direito pela Faculdades Metropolitanas Unidas, (São Paulo-SP), 2007. Assistente de graduação na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo durante 2 anos. Advogada com atuação, há 9 anos, nas áreas cível e de direito de família e sucessões. Pós-graduação em Direito de Família e Sucessões na Escola Paulista de Direito (São Paulo-SP), 2010. Mestrado pela Universidade Nove de Julho (São Paulo-SP), 2018. Professora na Nova Concursos e Focus Concursos.

## LEI DOS JUIZADOS ESPECIAIS

**1. (PC-SP – ESCRIVÃO DE POLÍCIA – VUNESP – 2018)** Nos termos da Lei nº 9.099/95, com as alterações feitas pela Lei nº 11.313/06 (Lei dos Juizados Especiais Criminais), é correto afirmar que

- a) além das hipóteses do Código Penal e da legislação especial, dependerá de representação a ação penal relativa aos crimes de lesões corporais dolosas e lesões culposas leves.
- b) consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a um ano, prevendo ou não a lei procedimento especial.
- c) consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo as contravenções penais a que a lei comine pena máxima não superior a um ano, prevendo ou não a lei procedimento especial.
- d) além das hipóteses do Código Penal e da legislação especial, dependerá de representação a ação penal relativa aos crimes de lesões corporais leves e lesões culposas.
- e) a ação penal relativa aos crimes de lesões corporais leves independe de representação da vítima lesionada, entretanto, se o crime for de lesão corporal culposa, há necessidade da representação.

## LEI DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS

**2. (PC-SP – ESCRIVÃO DE POLÍCIA – VUNESP – 2018)** Com relação à infiltração de agentes prevista na Lei nº 12.850/2013 (Organização Criminosa), é correto afirmar que

- a) somente é possível por meio de representação de Delegado de Polícia.
- b) é autorizada, em qualquer hipótese, para investigação de todos os crimes apenados com reclusão.
- c) é autorizada somente na fase de investigação policial e para os crimes apenados com reclusão.
- d) será autorizada pelo prazo de até 6 (seis) meses, sem prejuízo de eventuais renovações, desde que comprovada sua necessidade.
- e) na hipótese de representação do delegado de polícia, o juiz competente, poderá autorizar, mesmo sem a manifestação do Ministério Público.

## GABARITO COMENTADO

1.

Em "a": prevê o art. 88 da Lei 9.099/1995, no que dependerá de representação a ação penal relativa aos crimes de lesões corporais leves e lesões culposas, além das hipóteses previstas no Código Penal e na legislação especial.

Em "b": conforme o art. 61 da Lei 9.099/1995, consideram-se de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.

Em "c": conforme o art. 61, da Lei 9.099/1995, consideram-se de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.

Em "d": a Lei 9.099/1995 prevê no art. 88 que dependerá de representação a ação penal relativa aos crimes de lesões corporais leves e lesões culposas, além das hipóteses previstas no Código Penal e na legislação especial.

Em "e": no caso de lesão corporal leve também é necessária a representação da vítima, conforme art. 88 da Lei 9.099/1995.

**GABARITO OFICIAL: D**

2.

Em "a": a infiltração poderá ocorrer por representação do Delegado de Polícia ou requerimento do Ministério Público, conforme determina o art. 10, da Lei nº 12.850/2013.

Em "b": somente será admitida se não houver outros meios de obtenção da prova, conforme previsto no art. 10, § 2º da Lei nº 12.850/2013.

Em "c": conforme previsto no art. 3º da Lei nº 12.850/2013 a infiltração caberá em qualquer fase da persecução penal.

Em "d": a questão está em consonância com o disposto no art. 10, § 3º da Lei nº 12.850/13.

Em "e": é necessária a oitiva do Ministério Público, conforme previsto no art. 10, § 1º da Lei nº 12.850/2013.

**GABARITO OFICIAL: D**